

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INCLUSÃO ESCOLAR: UM LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DA FCLAR UNESP ARARAQUARA

Gabriela Molina Moura¹

FCLAR - Faculdade de Ciências e Letras da Unesp Araraquara

Luci Pastor Manzoli²

FCLAR- Faculdade de Ciências e Letras da Unesp Araraquara

Eixo Temático 5: Formação de Professores

RESUMO

O trabalho constitui-se numa discussão sobre os resultados de uma pesquisa bibliográfica realizada na base de dados da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP. Nesta pesquisa, o objetivo foi levantar dados pertinentes relacionados à formação de professores que vão atuar juntos aos alunos com deficiência.

Assim, como procedimento, utilizou-se na busca pelos trabalhos, o uso de palavras-chaves tais como: formação de professor e inclusão escolar; formação de professor e alunos com deficiência; formação de professor e educação especial; formação de professores e alunos PAAE. Posteriormente à seleção, foi feita a leitura das teses e dissertações selecionadas e analisadas nos pressupostos seguidos por Bardin. Os resultados das pesquisas mostraram que muitos cursos formativos que são oferecidos sejam de formação inicial ou continuada são extremamente teóricos e pouco atrelado à prática. Além disso, as pesquisas selecionadas trataram sobre a necessidade de se repensar o currículo independente da modalidade educacional, tanto para incluir efetivamente alunos com deficiência como para formar os profissionais que atuarão junto a eles.

Palavras-chave: Pesquisa bibliográfica, formação, docentes, inclusão.

¹ molina.gabriela@gmail.com

² luci.manzoli@unesp.br

1. INTRODUÇÃO

“Tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a minha coerência na classe. A coerência entre o que eu digo, o que escrevo e o que faço”. (FREIRE, 2000, p.116)

A educação inclusiva surgiu de uma ação política e social pelos direitos de todas as pessoas dividirem os espaços comuns sem nenhum tipo de preconceito e discriminação, com vistas a conceber a igualdade e as diferenças como valores inseparáveis.

Neste sentido, a “Conferência Mundial sobre Educação Especial – Acesso e Qualidade” organizada pela UNESCO em Salamanca, Espanha em 1994, visando o direito de todos à Educação e tendo o Brasil como um dos signatários, propôs fornecer “diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social” (Salamanca, 1994)

A educação especial que por sua vez, encontrava-se voltada para um atendimento mais clínico/terapêutico aportado nos testes psicométricos evidenciando diagnósticos que definiam alunos com deficiência, tomou novo direcionamento a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 - LDB9394/96. No art. 58 dessa lei contempla que a educação especial passa a ser uma modalidade de educação escolar da rede regular de ensino, e no artigo 59, preconiza que “os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades” (Brasil, 1996).

No ano de 1999, o Decreto nº 3.298 define a educação especial “como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular”. (BRASIL, 1999)

Em 2001, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

No ano de 2016, sob a aprovação da ONU a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, garante um sistema inclusivo adotando no (Art.24) as seguintes medidas:

a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem. BRASIL (2016)

Sob a ótica da educação inclusiva, “a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”. Cabendo, portanto, a atuação articulada entre o ensino comum e o especial no sentido do atendimento a esses alunos (BRASIL, 2008).

De acordo com os dados do Censo Escolar, coletados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) entre 2014 e 2018, a presença de alunos com deficiência nas escolas regulares passou de 87,1% para 92,1% o que revela a necessidade de políticas públicas, capacitação de professores e métodos diferenciados para os seus atendimentos. (BRASIL.MEC.INEP,2019).

Neste sentido, para que o sistema educacional de ensino se torne inclusivo, faz-se mister promover a formação de professores, gestores e demais equipe escolar para atuar com as diversidades, com as diferenças de aprendizagens, com a adequação do currículo e métodos apropriados de ensino, dentre outros. Visando, portanto, garantir o acesso e a permanência de todos os alunos considerados com alguma deficiência e organizar o atendimento educacional especializado para que possam ser atendidos em suas particularidades.

Para Demo (2002, p.22): “é necessário que o professor estude sempre com afinco buscando sempre renovar suas práticas e as teorias de aprendizagem, que se poste à frente dos tempos, das mudanças e inovações e que saiba não somente ensinar, mas, principalmente, que saiba aprender”. Afirma o autor, que se caso o professor não tenha essa percepção da importância de sua capacitação e não consiga perceber as especificidades do seu aluno, o risco de excluí-lo é bem grande.

Portanto, conhecer sobre a formação de professores que irão atuar junto ao ensino inclusivo, é de suma importância, conforme aponta Borges (2013, p.32), a inclusão, “exige uma transformação mais radical da escola e da sociedade, para atendimento a todas as necessidades do educando”.

Diante do exposto, no presente artigo, optou-se por fazer uma pesquisa cujo objetivo geral é realizar um levantamento de teses e dissertações na linha de pesquisa Formação Docente, Trabalho Educativo e Práticas Pedagógicas do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras/Unesp de Araraquara- FCLAr que contemplem sobre a formação de professores para atuarem no ensino inclusivo. E por objetivo específico, apresentar as teses e dissertações que versam sobre a formação de professores para a inclusão escolar de alunos com deficiência.

A opção por esse Programa deu-se por vários aspectos: ter uma linha de pesquisa que prepara profissionais e pesquisadores da educação com vistas a produzirem conhecimentos para o sistema educacional brasileiro, bem como outros aspectos subjacentes a ele, por ser um acervo importante de disseminação de pesquisas realizadas sobre Educação Escolar e também por ser um Portal de Domínio Público que permite acesso livre a um banco de teses e dissertações feito pela busca de palavras-chave dentro do conteúdo do acervo .

2 - METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa que segundo Godoy (1995 p. 21) “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”.

Lüdke e André (1986) citam os estudos de Bogdan e Biklen (1982), os quais descrevem algumas características básicas da pesquisa qualitativa. Destaca-se, em primeiro lugar, a utilização do ambiente natural como fonte direta para obtenção de dados e tem no pesquisador seu principal instrumento de busca de informações. No que tange aos dados coletados, eles são predominantemente descritivos, isto é, ricos em transcrições de pessoas, situações, acontecimentos, entrevistas, depoimentos, as quais subsidiarão os esclarecimentos dos pontos de vista.

Também se define por uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p 20), através da pesquisa bibliográfica busca-se fazer um levantamento abrangente de bibliografias já publicadas, que se apresentam em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.

Ainda, a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza, segundo Severino (2007), a partir do:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Assim, a pesquisa bibliográfica, como método de produção de conhecimento, possui uma natureza teórica, partindo da identificação de conceitos chaves do objeto passando pela seleção, organização, sistematização das relações entre ideias, chegando à elaboração da síntese, possibilitando a ampliação e a produção de novos conhecimentos sobre o objeto em questão (FARIAS; SILVA, 2009).

Em relação à análise, será aportada nos pressupostos seguidos por (BARDIN, 2011), no qual é importante categorizar as informações selecionadas e reagrupá-las em categorias mais abrangentes, onde o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim, no que estes nos poderão ensinar após serem tratados.

3 - PROCEDIMENTOS

Foram realizadas buscas na base de dados da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP sobre a formação de professores utilizando-se da combinação das palavras-chave: formação de professor e inclusão escolar; formação de professor e alunos com deficiência; formação de professor e educação especial; formação de professores e alunos PAAE. Esse conjunto de palavras-chave foi selecionado visando encontrar teses e dissertações que versassem sobre o tema a ser pesquisado, a partir da LDB9394/96 por ser um marco do processo de inclusão escolar no Brasil, até março de 2020.

Com essas palavras-chave, no referido programa, foram encontradas 6 produções sendo: 3 teses e 3 dissertações que foram organizadas e referenciadas por: P1, P2, e assim por diante especificando o ano de defesa, o autor, o título e o nível de ensino. Esses dados foram colocados em um quadro conforme apontado abaixo:

Quadro 1 – Mapeamento das produções selecionadas para a presente pesquisa por Ano, Autor, e Nível de Ensino do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar de Araraquara – FCLAR

Número	Ano	Autor	Título	Nível
P1	2009	Bonato, N. A Mendes	Inclusão escolar: um estudo da formação continuada dos professores de educação física na cidade de Araraquara	Mestrado
P2	2014	Otalara, A. Piccoli	A formação de professores para o trabalho com deficientes visuais: uma experiência inicial de colaboração a partir do desenvolvimento de materiais didáticos	Doutorado
P3	2016	Adriana G. B. de Oliveira	Inclusão escolar e formação inicial de professores: a metodologia da problematização como possibilidade para a construção de saberes inclusivos	Doutorado
P4	2017	Maria Odete de Mattos	Formação Inicial de Professores na perspectiva inclusiva na UNESP-FCLAr	Mestrado
P5	2018	Marlene Rodrigues	Formação docente para inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em cursos de licenciaturas da universidade federal de Rondônia	Doutorado
P6	2020	Mariana P. Salto	Formação Continuada de professores de Ciências e Biologia para a Educação Inclusiva	Mestrado

4 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Visando identificar os participantes do estudo, a formação docente, os objetivos e resultados alcançados, foi necessário realizar a leitura dessas produções na íntegra.

Por meio das pesquisas selecionadas neste artigo, fica evidente a importância da formação do professor para que realmente os alunos estejam incluídos no processo de ensino aprendizagem. Além disso, esta formação precisa perpassar desde quando os alunos estão na graduação e aqui se faz de suma importância refletir e discutir sobre a relevância de um currículo inclusivo para que os futuros profissionais já tenham um conhecimento, mesmo que seja prévio, sobre a necessidade de estarem preparados para lidar com as especificidades de cada aluno.

Diante desta realidade, cita-se o trabalho de Oliveira (2016) que por meio de estudo de caso, buscou analisar as contribuições de uma disciplina intitulada “Estudos sobre Necessidades Educacionais Especiais” na Universidade Estadual de Minas Gerais, utilizando-se da Metodologia da Problemática e o Arco de Magueres, no qual participaram 64 alunos divididos em duas propostas distintas de trabalho. A primeira proposta, Estudo 1, foi realizada no ano de 2013, na abordagem tradicional de ensino. O Estudo 2 é a segunda proposta, desenvolvida no ano de 2014, com a abordagem da Metodologia da Problemática. Constatou-se nesta pesquisa, sobre a importância de atrelar a teoria com a prática, evidenciando a importância da disciplina para a construção de saberes docentes, o estágio como possibilidade de integração dos conhecimentos teóricos com a prática docente e a Metodologia da Problemática como uma abordagem de ensino que possibilitou formar alunos mais críticos e mobilizados para o enfrentamento dos possíveis entraves para uma prática docente inclusiva.

Desta forma, com o trabalho de Oliveira (2016) fica evidente que a formação inicial precisa estar atrelada à prática e a um currículo bem estruturado nos cursos de licenciatura, principalmente no que se refere à oferta de mais conteúdos e disciplinas sobre a temática da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar e com metodologias que realmente envolvam os alunos com aquilo que estão aprendendo.

Outro trabalho que corrobora sobre a importância da formação inicial é a pesquisa de Mattos (2017) que versa sobre o aporte das Universidades em escola inclusiva na atual formação inicial de professores, que teve como objetivo analisar a configuração da estrutura curricular do curso de Pedagogia da Unesp FCLAr buscando refletir sobre as políticas educativas e de gestão para propor mudanças na formação inicial de professores. Assim, participaram 57 alunos que estavam cursando o 4º ano no ano de 2016, no qual responderam um questionário semiaberto. Além do questionário, foi analisado o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Pedagogia da UNESP-FCLAr. De acordo com os dados desta pesquisa, Mattos (2017) mostrou que a proposta curricular do curso citado, não contribuiu de forma efetiva para a formação destes alunos. Apesar destes dados não terem sido positivos, isto ressalta que não basta apenas ter um currículo, este tem que estar atrelado as reais necessidades de uma sala de aula com alunos com deficiência, afinal cursos ou especializações descontextualizadas pouco contribuem para a implementação de práticas educativas inclusivas.

Citando Sacristán (2000, p. 107), sabe-se que o “[...] currículo não pode ser entendido à margem do contexto no qual se configura e tampouco independentemente das condições em que se desenvolve [...]”

Ainda, outra pesquisa que abordou sobre a formação docente, porém agora para atuar com os estudantes com deficiência no ensino superior, cita-se o trabalho de Rodrigues (2018) no qual os participantes foram seis professores das áreas pedagógicas e um professor de libras que atuam no Ensino Superior. Neste estudo evidenciou-se que as experiências pedagógicas executadas ao longo da vida profissional junto aos estudantes público-alvo da educação especial provocam nos professores um repensar sobre seus conceitos e ações didáticas diante da inclusão nas licenciaturas e auxiliou no processo de identificação e revisão sobre acessibilidade pedagógica e atitudinal, nas perspectivas da organização curricular e da prática docente junto aos cursos.

Ainda, na pesquisa de Rodrigues (2018), esta trouxe considerações também em relação ao currículo, pois ao analisar os dezesseis Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciaturas da UNIR - Campus José Ribeiro Filho, verificou-se, por exemplo, que no Curso de Pedagogia até constituía em sua grade, um número significativo de disciplinas que abordavam a educação inclusiva, porém as ementas da maioria destas disciplinas não indicavam

referências específicas para contemplar a questão. Neste sentido, ficou a dúvida se realmente o que foi trabalhado contribuiu realmente para uma prática inclusiva, com elementos que dariam aos pedagogos suporte para criar a acessibilidade pedagógica e atitudinal. Observa-se assim neste estudo, mais uma pesquisa que trata sobre a importância de ter um currículo bem fundamentado e ainda salienta sobre a importância para que todas as licenciaturas tenham em suas grades de disciplinas, ementas referentes ao trabalho com a inclusão.

Segundo Rodrigues (2018):

A inclusão em todos os níveis da educação brasileira pode ser repensada considerando que todos os cursos de licenciaturas podem trabalhar conteúdos que estabeleçam relação direta entre a área de formação e as pessoas com deficiência e respectivos tipos de deficiência, de maneira que todos os licenciados, não apenas os pedagogos, sintam-se responsáveis pelo processo, bem como possam sentir-se mais preparados e com informações adquiridas nos cursos de formação capazes de torná-los também atores principais no processo de ensino e aprendizagem dos EPAEE e TEA.

Assim, tanto na pesquisa de Rodrigues (2018) quanto na de Mattos (2017) é enfatizado sobre a importância de se propor um currículo inclusivo bem como assegurar disciplinas, conteúdos, ações de ensino, pesquisa e extensão voltados para a formação de professores de modo que os resultados delas melhorem a qualidade da inclusão em todos os níveis de ensino para que se tenha igualdade de oportunidades e aprendizagens para todos os alunos.

Desta forma, além do currículo, faz-se necessário também repensar sobre materiais a serem adaptados no sentido de abarcar as dificuldades que os alunos com deficiência apresentam e assim promover o acesso, a permanência e a participação deles.

Na pesquisa de Otalara (2014), abordou-se sobre o estudo de materiais voltados para pessoas com deficiência visual. Neste, teve-se como objetivo implementar e avaliar o alcance de um curso formativo para graduandos de pedagogia e licenciaturas, professores regulares e especializados, destinado a fundamentar o desenvolvimento de materiais didáticos para alunos com deficiência visual. Desta forma, os dados analisados nesta pesquisa demonstraram que a formação continuada é um dos caminhos para efetivação de uma escola inclusiva, além da necessidade da preocupação com a atuação prática do professor. Ressaltou-se também, que para os cursos de formação

inicial a interdisciplinaridade parece ser uma alternativa mais viável do que a inserção de disciplinas específicas e o que o desenvolvimento de materiais didáticos como ferramenta para a formação de professores, visando-se a inclusão de alunos com deficiência visual, mostrou-se como uma alternativa viável e promissora.

Diante destes dados mencionados que sinalizaram sobre a importância da formação inicial e continuada dos professores, assim como reflexão sobre os currículos para contemplar os alunos com deficiência é necessário repensar também que na formação inicial deva existir disciplinas sobre a educação especial em todas as licenciaturas e não apenas nos cursos de Pedagogia, afinal, nas escolas os alunos com deficiência não são “exclusivos” da professora efetiva da sala ou da professora de recurso.

Assim, quando não se tem uma formação inicial, cabe aos alunos de outras licenciaturas recorrerem a cursos específicos. Um exemplo disto é o que está demonstrado no trabalho de Bonato (2009) no qual os participantes do estudo foram professores de educação física atuantes nas escolas estaduais. Segundo os dados obtidos dos 57 participantes da presente pesquisa, 20 realizaram um curso de formação continuada relacionado à temática Educação Física Adaptada e Inclusão Escolar oferecido pela Oficina Pedagógica na cidade de Araraquara, sendo que 1 participou de curso não relacionado à área da Educação Física e 37 não participaram de nenhum curso. Porém, mesmo aqueles professores que não participaram do curso citado acabaram apresentando respostas similares em suas práticas comparando com os que fizeram, sinalizando uma mudança qualitativa nos paradigmas da inclusão, ainda que distante do ideal. Mesmo assim, Bonato (2009) enfatiza que: “a formação do professor se faz condição ímpar para viabilizar mudanças significativas para uma educação igualitária e de qualidade para todos”.

Outra pesquisa que ratifica a importância da formação docente adequada para atuar em prol da inclusão é a de Salto (2020) que investigou se os docentes de Ciências e Biologia que atuam em quatro cidades diferentes, no interior de São Paulo, promovem a educação inclusiva. A pesquisadora concluiu que dos nove professores de ciências e biologia que participaram da pesquisa, promovem e reconhecem a importância do aprimoramento da sua prática pedagógica através dos processos formativos, entretanto em relação à formação continuada, muitos

cursos que são oferecidos privilegiam outros temas em detrimento da Educação Inclusiva, e, quando não, acabam por desconsiderar quais são as reais necessidades dos docentes, havendo uma discrepância entre o que é oferecido pelas redes de formação e do que é desejado pelos docentes. Com isso, os docentes relataram que se apoiam em uma formação realizada de forma autônoma, com a troca de experiências com outros profissionais; conhecimento obtido através dos livros, artigos e busca na internet.

Assim, dos seis trabalhos selecionados, três deles (50%) - Oliveira (2016); Mattos (2017) e Rodrigues (2018) enfatizam sobre a importância da formação inicial, enquanto os outros três (50) % abordaram sobre a formação continuada. Estes dados mostraram a importância que recai sobre o professor para estar sempre ressignificando a sua prática pedagógica buscando novos conhecimentos para melhor atender a todos os alunos, principalmente os com deficiência. Além disso, quando se fala em formação docente atrela-se a isto, os processos que constituem o professor como tal, com a sua formação inicial, acadêmica, como também os cursos, as oficinas, as atualizações que fazem parte do seu desenvolvimento profissional. Em suma, os resultados encontrados na análise das teses e dissertações representaram o ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre o processo inclusivo que depende muito da formação e do olhar do professor.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos trabalhos trouxe aspectos importantíssimos quando se refere à educação inclusiva no que tange sobre o distanciamento entre teoria e prática na formação docente, sobre a necessidade de haver mais cursos de formação continuada voltados para esta temática e a urgência de se repensar os currículos que contemplem a inclusão independente da etapa educacional na qual se encontra o aluno com deficiência. Ainda, as políticas públicas também precisam ser repensadas no que se refere à implementação de ações descontextualizadas das reais necessidades do aluno com deficiência, do professor e dos problemas já existentes nas políticas educacionais vigentes no contexto escolar.

Sem que se façam estudos dessa natureza, é possível que a oferta dos cursos tanto de formação inicial quanto de formação continuada continue

abordando superficialmente a temática, de maneira a atender apenas o que está determinado na Lei, sem que isso atenda às necessidades da formação de professores

Além disto, não basta apenas ao docente participar de cursos formativos, pois para ser um professor em prol da inclusão, necessita-se uma mudança na forma de enxergar o aluno, respeitando o nas suas especificidades e buscando sempre o conhecimento para melhor assisti-lo.

De acordo com Mantoan (2001), a inclusão como consequência de um ensino de qualidade exige da escola brasileira novos posicionamentos, o que implica numa atualização do ensino e conduz ao aperfeiçoamento dos professores e de suas práticas.

6 - REFERÊNCIAS

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

BRASIL. Ministério da Educação. Cartilha: Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da pessoa com deficiência. Brasília: 2009.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 de fevereiro, 2020.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Referenciais para Formação de Professores. Brasília, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília - janeiro de 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>

INEP. Tabela Educacenso – Resultados preliminares do censo 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/educacenso>. Acesso em: 07 de março de 2020.

CORTESÃO, Luísa; STOER, Stephen. Investigação-ação e produção de conhecimento no âmbito de uma formação de professores para a educação intermulticultural. Educação, Sociedade e Culturas, v. 7, p. 7-28, 2012.

DEMO, P. Ironias da educação: mudanças e contos sobre mudança. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

FARIAS FILHO, J. R. *Ensaio Teórico sobre Pesquisa Bibliográfica em Estratégia de Operações*. Niterói: UFF/TEP, 2009. Apostila da Disciplina de Gestão de Operações - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

Godoy Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 mai./jun. 1995. <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> RAE ARTIGOS

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2001. (Cotidiano Escolar).

PACHECO, José. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.